

358

CPI busca mais provas

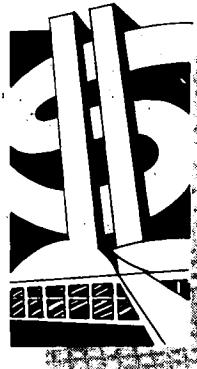
Brasília, segunda-feira, 6 de dezembro de 1993

3

contra empreiteiras

Mônica Prado

O relatório apresentado pelo senador José Paulo Bisol (PSB/RS) denunciando o esquema de poder das empreiteiras detona uma ampla investigação da CPI do Orçamento sobre as empresas e os cruzamentos com emendas apresentadas por parlamentares. Os documentos apreendidos na Norberto Odebrecht estão agora sendo examinados pelos deputados Moroni Torgan (PSDB/CE), Aloízio Mercadante (PT/SP) e Roberto Rollemburg (PMDB/SP). Segundo Bisol, junto com os documentos há vários disquetes de computador que "comprometem ainda mais as empreiteiras, piorando a situação delas". Além desta investigação, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL/PE) decidiu realizar uma pesquisa de campo junto a obras públicas e empreiteiras pa-



ra dar "sustentação fática e concreta aos papéis da Odebrecht".

Paulo Bisol está convencido de que todos os dados por ele apresentados no relatório serão comprovados na medida em que "as emendas forem checadas e relacionadas com os parlamentares que as apresentaram". Esta nova linha de investigação da CPI teve início no sábado pela manhã, quando o relator Roberto Magalhães se reuniu com os coordenadores das Subcomissões de Emendas, Sigmaringa Seixas (PSDB/DF), e de Patrimônio, senador Bisol. O que se quer demonstrar, através das investigações, é que as grandes empreiteiras funcionavam como intermediadoras, ganhando concorrências e repassando a execução das obras para empresas menores. Segundo Bisol, "tem empresa que vive de repasse de verbas públicas, nem obras tendo para realizar".

A nova linha de apurações prevê investigar determinadas verbas que teriam sido repassadas e descobrir os valores negociados entre a empresa que venceu a concorrência e a que executa a obra. Paulo Bisol afirma que esta investigação é lenta e passa, inclusive, pelos ordenadores de despesas do

Executivo. Segundo o senador, o esquema é complexo, envolvendo até o ministro de Estado que liberou a verba naquele momento. No decorrer desta semana, o relator Roberto Magalhães e o deputado Sigmaringa Seixas vão selecionar as obras públicas que serão investigadas em todo o País.

Para o senador Paulo Bisol, as empreiteiras em cartel acabam determinando que verbas liberar, tomando para si uma prerrogativa que é do Estado. Como exemplo, Bisol mostrou parte de um inquérito da Polícia Federal que ouviu o empresário Eduardo Antônio Parreira Sá da empresa Ecobrás de Canoas (RS). Segundo o empresário, sua empresa faliu porque não tinha mais recursos para pagar ao esquema PC Farias, tendo inclusive de entregar a licitação ganha para a construção do Canal da Maternidade, no Acre, à Norberto Odebrecht.

O deputado Zaire Rezende (PMDB/MG), integrante da Subcomissão de Patrimônio, afirmou que "há uma tentativa de impedir esta linha de trabalho da CPI". Segundo Rezende, o fim do esquema de empreiteiras fere muitos interesses, mexe com as empresas, parlamentares, governadores, ministros e funcionários do Congresso e do Executivo.